

Coleção:

Estudos sobre a privatização no Brasil.

V.3

CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:

Incidência de atores privados nos sistemas estaduais
das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)

Organizadoras

Selma VENCO

Regiane Helena BERTAGNA

Teise GARCIA

EXCERTO

**CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:**

Incidência de atores privados nos sistemas
estaduais das regiões Nordeste e Sudeste
(2005-2018)

Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil

Vol. 3



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Financiamento da pesquisa



Selma Venco
Regiane Helena Bertagna
Teise Garcia
(Organizadoras)

**CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:**

Incidência de atores privados nos sistemas
estaduais das regiões Nordeste e Sudeste
(2005-2018)

Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil

Vol. 3

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Selma Venco; Regiane Helena Bertagna; Teise Garcia [Orgs.]

Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil. Vol 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 403p.

ISBN: 978-65-5869-349-9 [Digital]

DOI: 10.51795/9786558693499

1. Privatização. 2. Currículo. 3. Gestão educacional. 4. Educação básica brasileira. I. Título.

CDD – 370

Capa: Felipe Roberto | Colorbrand

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

DEDICATÓRIA

Este livro é dedicado à memória do Prof. Luiz de Sousa Jr, da Universidade Federal da Paraíba, falecido neste início de ano, vítima da pandemia do COVID 19. Não é tarefa fácil escrever uma dedicatória a uma pessoa querida que nos deixou há tão pouco tempo e, principalmente, sabendo que tal perda poderia ser evitada. Sua ausência pode ser debitada à incúria e irresponsabilidade do atual governo federal e sua política genocida.

Luiz ocupava o posto de Coordenador Adjunto dos Programas Profissionais da Área de Educação da Capes. Sua partida prematura consterna a todos nós. Deixa uma substantiva produção na área de Financiamento da Educação e relevante contribuição à administração pública, tendo sido Secretário de Educação de João Pessoa, Membro do Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba, Secretário Geral da Universidade entre outros postos na Administração Pública.

Profundamente comprometido com a educação pública, particularmente com a educação básica, seu objeto de estudo, unia de maneira ímpar a leveza no trato e a firmeza na defesa de suas convicções.

Graduado em Economia pela UFPB (1988), na pós graduação abraçou a área de educação, tendo realizado seu mestrado na própria UFPB (1994) e, posteriormente, seu doutorado, na Faculdade de Educação da USP (2003).

Sua tese, intitulada “Financiamento da educação: os impactos do FUNDEF na educação básica do Estado da Paraíba”, produzida no bojo da pesquisa nacional sobre avaliação dos impactos do Fundef então em realização por meio de uma rede de pesquisadores de 12 estados, marca o florescimento entre nós desse campo de estudo. Seu trabalho analisa com muita perspicácia as modificações decorrentes da redivisão de recursos promovida pelo

Fundef. É um dos primeiros trabalhos acadêmicos que se debruça, em detalhes, a estudar os impactos do fundo, chamando a atenção para duas consequências importantes. De um lado, evidencia o aprofundamento do processo de transferência de matrículas das redes estaduais para as municipais, que ficou conhecida como municipalização do ensino fundamental. Mesmo em situações em que a responsabilidade municipal para com o ensino fundamental já era grande, como no Nordeste, o poder indutor dos recursos extras aportados para os municípios funcionaram como um poderoso estímulo, mudando significativamente a distribuição da oferta do ensino fundamental na educação brasileira. De outro, o impacto redistributivo que essas políticas geraram, contribuindo tanto para a melhoria do salário dos professores, aviltantes em muitas redes municipais do Norte e do Nordeste, e para reduzir a desigualdade do gasto por aluno entre as diferentes redes de ensino. Tais impactos são as principais razões da legitimidade que as políticas de fundos contábeis adquiriram com o passar dos anos.

Sua partida prematura deixa uma lacuna em nossos corações e na área de conhecimento que abraçou. Como diz a música de Gilberto Gil, “toda saudade é a presença da ausência de alguém”. Nós que aqui ficamos, dizemos. Luiz de Sousa Jr. Presente!

Campinas, 13 de abril de 2021.

Romualdo Portela de Oliveira
Professor Titular Aposentado da Faculdade de Educação da USP

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
Gonzalo Berrón	
APRESENTAÇÃO	15
Selma Venco	
Regiane Helena Bertagna	
Teise Garcia	
NOTAS METODOLÓGICAS	19
Theresa Adrião	
Sabrina Moehlecke	
Nicanor Lopes	
Danilo A. Kanno Baptista	
REGIÃO NORDESTE	
Tendências de privatização na educação pública: atores e programas privados na rede educacional do Estado da Paraíba (2015 – 2018)	25
Luiz de Sousa Junior	
Sérgio Andrade de Moura	
A Educação Básica em Alagoas: predisposição à privatização?	55
Selma Venco	
Flávio Souza	
Estratégias da privatização da Educação Básica na rede estadual da Bahia (2005-2018)	84
Santiago Castigio e Monteiro	

Estratégias de privatização da Educação Básica no Ceará: atores, programas e consequências para a educação pública estadual (2005-2018) Elisangela Maria Pereira	112
Programas e parcerias privadas na educação pública: atores e programas privados na rede educacional do Estado do Maranhão (2015 – 2018) Samuel Gomes de Jesus	141
Atores privados na educação pública pernambucana Nicanor Matheus Lopes	157
Privatização da gestão na rede estadual de ensino do Piauí: análise de programas e atores privados (2005-2018) Samara de Oliveira Silva Lucine R. V. B. de Almeida Marina Gleika Felipe Soares	180
A experiência do Rio Grande do Norte: da ‘descentralização’ à lógica gerencial privatizante Antônio Lisboa Leitão de Souza	206
Sergipe: onde a busca por eficiência nas políticas governamentais com base em parcerias público-privadas tem revelado sua ineficácia social Antônio Lisboa Leitão de Souza	229

REGIÃO SUDESTE

Privatização da Educação Básica: a rede estadual do Espírito Santo (2005-2018)	262
Teise Garcia	
As relações entre as esferas pública e privada na oferta, gestão e currículo da Educação Básica em Minas Gerais – 2005 a 2018	301
Maria Vieira Silva Úrsula Adelaide de Lélis Edirleine dos Santos Pereira	
Processos de privatização na rede estadual do Rio de Janeiro: o crescimento das parcerias difusas?	328
Sabrina Moehlecke	
Atores privados na educação pública paulista: relação duradoura e melhorias pouco evidentes	357
Theresa Adrião	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	395

ATORES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PAULISTA: relação duradoura e melhorias pouco evidentes¹

Theresa Adrião
UNICAMP/UNEMAT

Introdução

Este trabalho buscou caracterizar e analisar três programas propostos por organizações privadas para a educação pública paulista que, no período entre 2005-2018, apresentaram maior capilaridade. Analisa-se ainda os atores privados mobilizados neste tipo de incidência sobre a definição das políticas educacionais paulistas.

Estudo de (SILVA, 2017), sobre a incidência de atores privados na elaboração e definição de políticas setoriais durante a segunda década deste século no Brasil sublinha que as políticas públicas são disputadas por diversos atores sociais e que estes assumem padrões distintos de interação entre si e as instâncias s governamentais. Entretanto adverte que:

A capacidade de influência dos atores não-governamentais envolvidos em cada política está condicionada, porém, à configuração político-institucional da área. Cada política constitui uma área de intervenção governamental distinta, com arcabouço institucional específico. Cada desenho institucional dá origem a uma rede de atores de interesse diferente, com composição, funções, padrão de interação e distribuição de poder, e regras de conduta específicos. Das variadas combinações desses fatores, dinâmicas políticas próprias emergem e se consolidam, ao longo do tempo, nas diversas políticas setoriais. (SILVA, 2017, p.5)

É, pois, oportuno considerar os principais fatores e relações político-institucionais que possibilitem identificar padrões de interação entre os atores privados e o setor governamental responsável pela educação na vigência dos programas

¹ <https://dx.doi.org/10.51795/9786558693499357394>

selecionados, bem como identificar as estratégias de ação entre os atores privados de maior protagonismo no estado de São Paulo.

Para este feito, além do diálogo com a literatura produzida sobre as diretrizes e organização da Secretaria da Educação do Estado (SEE) no período analisado, acessa-se documentos disponíveis nas páginas institucionais das organizações privadas e informações disponíveis.²

Em relação à seleção dos programas, considerou-se informações sistematizadas relativas à sua materialização e condensadas em duas categorias: **capilaridade e vigência**. A primeira integra dados sobre a abrangência, composta por informações relativas ao conjunto de segmentos da escola (docentes, estudantes, gestores e comunidade escolar), diretamente focalizados pelos programas; pelas etapas de escolaridade obrigatória atendidas e pelas dimensões da política educativa afetadas pelos programas em estudo. Neste caso considerou-se as dimensões da gestão, da oferta educacional e do currículo. A segunda categoria - vigência – decorre de informações relativas ao tempo em que vigorou no período selecionado. A institucionalização de programas propostos por atores privados como política governamental foi ainda considerada para o entendimento das relações entre os dois segmentos.

Em síntese acionam-se elementos que permitam compreender a materialidade dos programas destacados, no sentido considerado por Dourado (2007) e realçar relações de reciprocidade (OFFE, 1984) entre aqueles que ocuparam o governo do estado e os atores privados de maior protagonismo. Nesses termos, buscou-se superar o entendimento de que há uma direção mandatária e externa aos processos de decisão governamental capitaneada pelo setor empresarial, posto que se pressupõe ser o governo paulista no período analisado constituído por interesses e compromissos com este setor.

² Para o Estado, no *site* https://www.grepppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamen-to_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

Compôs, ainda, o quadro de análise da rede paulista, informações relativas à sistemática de seleção e contratação de gestores e professores e a vigência de políticas de avaliação das escolas associadas à adoção de algum tipo de recompensa. Estes três aspectos nos informam a respeito da introdução do gerencialismo, também designado como Nova Gestão pública (NGP), em seu funcionamento. (VENCO, 2016; DRABACH, 2018; BERTAGNA, 2018)

O período tem início com ano limite para a adequação por todos os entes federados às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, 2005, e os dados decorrem de levantamento, realizado entre novembro de 2018 a março de 2019 e validados entre julho e outubro de 2020, em fontes primárias disponíveis nas páginas institucionais das organizações selecionadas, no site da secretaria estadual de educação e em notícias divulgadas pela imprensa localizadas por meio de consulta ao Google, conforme indicado nas notas metodológicas³.

A análise identifica também as dimensões da política educativa que sofreram a influência dos programas: oferta educacional, gestão da educação pública e ou currículo, como apresentado em Adrião (2018).

Sobre a configuração político-institucional da educação pública paulista entre 2005- 2018-

O estado de São Paulo é governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB⁴, desde o ano de 1995, partido integrado por políticos tradicionais que experimentaram em sua trajetória cargos legislativos e executivos municipais. Ou seja,

³Em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

⁴ Sobre o tema sugiro BRAGA, Maria do Socorro S.; COSTA, Valeriano M.; FERNANDES, Jean Lucas M.. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no estado de São Paulo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 96, e339614, 2018

durante o período não se experimentou *outsiders* na condução do governo estadual, situação alterada com a eleição de João Doria em 2018, tampouco o governo foi ocupado por partido com base social.

Segundo Roma (2002), a criação do PSDB em 1988 resultou de uma cisão entre parlamentares autodeclarados da ala progressista do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se viram excluídos dos processos sucessórios em âmbito nacional. Ainda segundo o autor, esta autodeclaração não resistiria a uma análise dos princípios ideológicos presentes no primeiro programa de governo, também de 1988, posto que já se orientavam por princípios liberais- como privatizações e abertura da economia ao capital internacional.

As principais diretrizes definidas para nortear um futuro governo seriam a ênfase na estabilidade monetária como condição antecedente para o crescimento econômico e a alternativa do mercado para suplantare o modelo nacional desenvolvimentista centrado no Estado (ROMA, 2022, p.75)

Esta opção pragmática desde origem e as orientações de natureza liberal também foram percebidas em estudos sobre a política educativa dos governos *peessedebistas* em São Paulo. Cortina (2000), Adrião (2001), Santos (2018) Jacomini e Stocco (2019), Adrião, Garcia e Drabach (2020) identificam nos programas educacionais de diversos governos as mesmas diretrizes de orientações de reformas do Estado Brasileiro assentadas na liberalização da economia, na privatização, medidas de ajuste fiscal e diminuição da máquina pública.

Segundo Adrião (2006), o primeiro programa de governo (1995-1998) do PSDB opta por um modelo de gestão pública assentado na delegação dos serviços públicos a diferentes setores da sociedade como condição para a superação da ineficiência e da ineficácia da rede pública, tendendo a desresponsabilizar o Estado pela prestação direta desses serviços. Observe-se que o questionamento do perfil e do funcionamento do Estado em muito se assemelha ao conteúdo que seria apresentado em âmbito nacional pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1998.

Entre 2005 e 2018, três políticos revezaram-se à frente do executivo: Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra. Historicamente, o estado de São Paulo, maior PIB do Brasil e origem dos mais influentes grupos e organizações empresariais do país, é terreno fértil para candidatos à presidência da república, razão pela qual, no período selecionado, em duas ocasiões (2006 e 2018), o governo do estado foi assumido pelos vice-governadores por feito de afastamento dos titulares para concorrerem às eleições a presidente da República.

Também Secretários/as de Educação assumiram postos relevantes em esferas governamentais, com destaque para Maria Helena Guimarães de Castro (2007 – 2009) - presidente do INEP, integrante do Conselho Nacional de Educação, Secretaria Executiva do MEC e Secretaria do DF; Paulo Renato Souza (2009 – 2010) ministro da Educação e reitor da Universidade Estadual de Campinas (1986-1990); Herman Voorwald (2011 – 2015) reitor da Universidade Estadual Paulista - UNESP, José Renato Nalini (2016 – 2018) foi promotor de justiça. Exceção feita a Gabriel Chalita (2002 – 2006), Maria Lúcia Vasconcelos (2006 – 2007) e João Cury (2018). A presença de ex-secretários da educação paulista em funções-chaves do governo federal explicitam a influência deste segmento do partido em políticas educacionais nacionais, como a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Exame Nacional de Cursos (Provão), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e etc.

São Paulo é uma das maiores redes públicas de ensino da América Latina e do Brasil. Em 2018, a SEE era constituída por 5.607⁵ escolas, ofertando Ensinos Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos, uma autarquia - Fundação para o Desenvolvimento da Educação /FDE criada em 1987; além dos

⁵ Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2018, disponível em <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/escolas>.

Conselho Estadual de Educação, criado em 1963 e do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo/CEAE-SP (2000).

A tabela 1 sistematiza o número de estabelecimentos estaduais e privados que ofereceriam as etapas de escolaridade na modalidade regular sob responsabilidade do governo estadual. Informa ainda a proporção de matrículas na rede estadual em relação à rede privada.

Tabela 1 – Estabelecimentos Estaduais e Privados que oferecem* EF e EM/Regular – 2005 e 2018

Ano selecionado	Ensino Fundamental (EF)/ Regular Urbano e Rural		Ensino Médio Regular/ Urbano e Rural		Proporção de estabelecimentos Privados em relação ao total de privados e (%)	
	Estadual	Privada	Estadual	Privada	EF	EM
2005	4.209	3.488	5.577	1.847	45,3	24,8
2018	5.614	7.569	4.026	2.368	57,0	37,4
Varição	33%	117%	-28%	28%		

*Um mesmo estabelecimento pode oferecer as duas etapas de escolaridade.

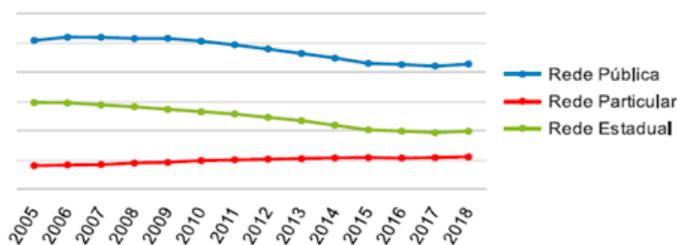
Fonte: A autora com base em: INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Básica-<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>, acesso out/20

No período analisado identifica-se aumento no número de estabelecimentos estaduais e privados a ofertar o ensino fundamental (117%). No caso do EM, amplia-se o número de escolas privadas (28%), e diminui-se em 28% o número de escolas estaduais com esta modalidade de ensino. Se considerarmos a relação entre estas duas esferas administrativas (estadual e privada) para o conjunto das escolas percebe-se o crescimento no número de escolas privadas, com destaque para uma proporção 37% maior no Ensino Médio, etapa de escolaridade que, segundo art. 10 da LDB, é prioridade do governo estadual.

Já em termos de atendimento, a rede paulista respondeu no período por variações próximas aos 36% do total de matrículas no Brasil. Os gráficos 1 e 2 apresentam, comparativamente, a

distribuição destas matrículas considerando o atendimento público, constituído da somatória de matrículas no ensino fundamental e médio pelos três níveis de governo, e o atendimento por estabelecimentos privados, aqui designada em seu conjunto como rede particular.

Gráfico 1 – Matrícula Total – Ensino Fundamental Regular- Rede Pública, Estadual e Privada- 2005-2018



Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp

Disponível em: https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

Do gráfico 1, destacam-se duas tendências: a primeira expressa a desresponsabilização, por parte do governo estadual, pela oferta direta de vagas no ensino fundamental. Tal movimento, analisado por diversos estudos e identificado como processo de municipalização desta etapa de escolaridade (ARELARO, 1999), teve início em 1996 com a reorganização das escolas estaduais e transferência de escolas e matrículas para redes municipais (Adrião, 2006). Entretanto, a partir de 2013, com a instituição do programa Ensino Integral durante a gestão de Alckmin, apresentou estabilidade. Em estudo anterior informava-se que:

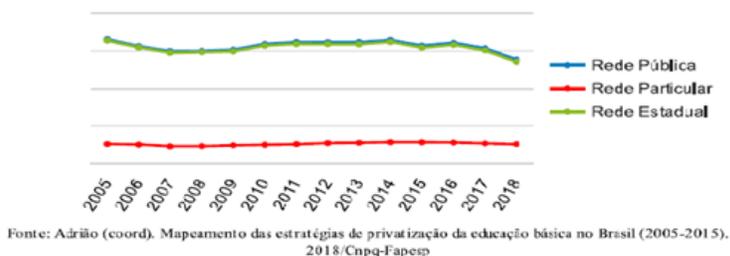
às 16 escolas de Ensino Médio que iniciaram o Programa, somam-se, em 2013, 22 unidades de Ensino Fundamental- Anos Finais, duas escolas de Ensino Fundamental e Médio e 29 unidades de Ensino Médio (SEE, 2012). Em 2014, o número de escolas que contavam com o Programa se elevou para 132. Em 2015 são 257 escolas em período integral, com uma nova alteração

no Programa, pois este foi mais uma vez ampliado, desta feita para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 17 escolas da rede estadual. (Adrião e Garcia, 2014, p. 6)

No caso das matrículas privadas, o movimento é semelhante, identificando-se estabilidade na oferta de vagas a partir de 2013. Todavia, ao relacionarmos o declínio das matrículas do Ensino Fundamental regular nas duas esferas administrativas, destaca-se o aumento no número de estabelecimentos: 33% no caso de escolas estaduais e 11% no caso das escolas privadas, neste caso aprofundando a competição pelos segmentos da população que podem arcar com o custo das mensalidades.

Já no caso das matrículas no Ensino Médio, o Gráfico 2 indica a diminuição no atendimento por parte da rede estadual e sua manutenção no caso do setor privado. O dado confirma estudos que alertam para os índices de abandono escolar (ou exclusão) nesta etapa de escolaridade. (BRASIL, 2009; TARTUCE et al, 2018). Sabe-se que não se trata de transferência entre redes de ensino posto que o EM é de responsabilidade prioritária dos governos estaduais, sendo os municípios autorizados a ofertá-lo em suas redes com a condição de não utilizar recursos previstos na Constituição Federal.

Gráfico2 – Matrículas no Ensino Médio Regular – Rede Estadual e Escolas privadas



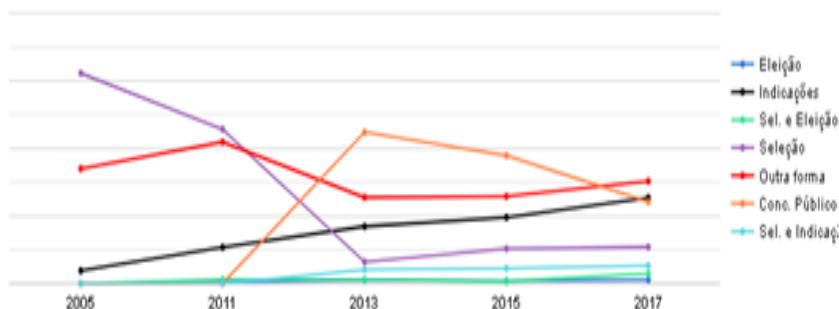
Disponível em: https://www.greppet.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

A Secretaria da Educação paulista, desde 1996 ainda no primeiro governo do PSDB, instituiu um sistema próprio de avaliação de rendimento escolar, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo/SARESP. Entretanto, a articulação desse mecanismo com a adoção de política de bonificação deu-se apenas em 2008, com a introdução por meio de lei complementar do programa Bonificações por Resultados (BR). As duas estratégias instalam na rede estadual o que Afonso (2009) caracteriza como uma forma parcelar de *accountability*, uma vez que não há mecanismos de prestação de contas aos usuários da escola, ao mesmo tempo que se implanta o controle hiperburocrático (LIMA, 2011) como resultado de medidas assentadas no gerencialismo ou na Nova Gestão Pública (NGP), aqui tomados como sinônimos.

É no diapasão das análises sobre a NGP em educação que Drabach (2018) classifica o sistema de seleção dos diretores escolares adotados pela rede estadual ilustrado no gráfico 3, pelo qual se observa um declínio do concurso público e da seleção pública e um crescimento da indicação governamental ou de “outras formas” como procedimentos para escolha dos ocupantes desta atividade de gestão, o que pode ser indicativo do processo de precariedade em cascata (VENCO, no prelo), no qual diretores

assumem os cargos de supervisão de ensino e professores concursados o de diretores.

Gráfico3 – Formas de Provimento de Diretores. Escolas Estaduais paulistas, anos selecionados.

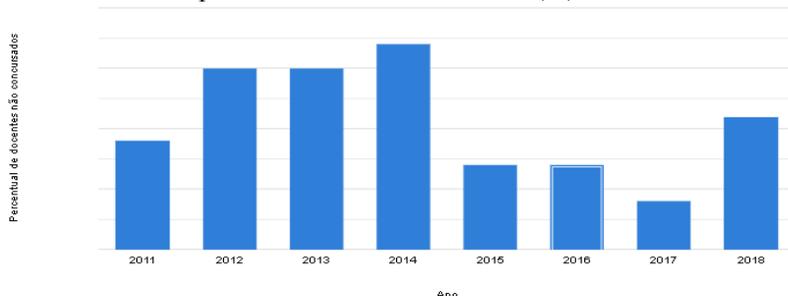


Fonte: Inep, Censo Educacional 2005, 2011, 2013, 2015, 2017. Elaborado por DRABACH (2020).

Também são as orientações assentadas no gerencialismo/NGP, adotadas desde o primeiro governo do PSDB à frente do governo paulista (ADRIÃO, 2006), que suportam e explicam a precariedade objetiva à qual os docentes da rede paulista de ensino estão submetidos (VENCO, 2017). Para a autora, essa manifestação da precariedade envolve “fragilidade nos contratos de trabalho, trabalho desprotegido de direitos e de caráter temporário” (VENCO, 2017, p. 77). Tais condições podem ser identificadas no Gráfico 4, cujos dados agregam as formas de contrato de trabalho docente não sujeitas a regramentos previstos no estatuto do magistério⁶.

⁶ Em 2017, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a CLT foi profundamente alterada no sentido da “flexibilização” dos contratos e da diminuição de garantias e direitos trabalhistas. Tais alterações passaram ter validade em janeiro de 2018.

Gráfico 4 – Distribuição de docentes não concursados em exercício- Escolas Estaduais paulistas- anos selecionados (%)



Fonte: Venco e Sousa, 2019

Fonte: Inep, Censo Educacional, 2011 a 2018. Elaborado por VENCO (2020).

Ainda que o gráfico indique oscilação na adoção de formas mais frágeis e desprotegidas de contratação de docentes, Venco e Sousa (2020) consideram que em São Paulo agudiza-se a opção pela substituição do concurso por contratos temporários medida associada a

outras formas de racionalização econômica, a exemplo do fechamento de salas, ampliação do número de alunos por turma, possibilidade de concursados ampliarem a jornada de trabalho em até 64 horas semanais, entre outras.” (VENCO, SOUSA, 2020, p.114)

Programas educacionais e atores privados em destaque

Nas disputas pela efetivação de interesses específicos, os atores privados da chamada sociedade civil ou do mercado articulam-se em coalizações mais ou menos amplas que apresentam “capacidades, estratégias, graus de profissionalização, recursos e desempenhos distintos”. (Silva, 208, p.5). Para a mesma autora,

ao se agruparem, esses atores dão origem a redes com funções específicas. Certas redes funcionam como canais de acesso dos grupos aos processos de tomada de decisão pública. Outras possibilitam a troca de informações e a consulta mútua entre atores governamentais e não-governamentais. Algumas redes se formam para lidar com problemas de negociação e de coordenação dos atores que atuam nos processos, enquanto outras

destinam-se à cooperação e ao compartilhamento das competências de elaboração e de implementação de políticas. Segundo Silva (2018, p. 5)

A capacidade desses atores de influenciar pode ser identificada na institucionalização de suas propostas como política pública. Tal como observado nos casos aqui destacados para o campo da educação paulista. Neste campo, a pesquisa identificou 49 Programas educacionais implantados, propostos ou operados por organizações privadas entre 2005 e 2018. Em sua maioria estas declaram-se sem fins lucrativos e se apresentam como Fundações ou organizações da sociedade civil associadas a empresas. Algumas expressam iniciativas de responsabilidade social empresarial (RSE), tal como identificado por Silva e Souza (2009), para quem

as ações de RSE passaram a fazer parte do cotidiano empresarial e consistem, basicamente, em ações de empresas no desenvolvimento de alguma atividade considerada de interesse público e que podem ser executadas nas mais diversas modalidades: seja na forma de repasse de recurso financeiro para entidades já existentes; seja na forma de criação de entidades sem fins lucrativos para desenvolver atividades determinadas ou atender a grupos sociais específicos; seja pelo estímulo a que seus funcionários e demais pessoas da comunidade atuem voluntariamente a favor de uma causa social. Por vezes, combinam-se todas essas modalidades ou apenas uma ou outra. (p. 789)

Contudo, paralelamente a este tipo de iniciativa, figuram organizações alinhadas com a filantropia de risco ou o filantropocapitalismo, que:

correspondem ao conjunto de doadores, cuja ação caracteriza-se como um “investimento do lucro empresarial socialmente orientado” (tradução nossa). Conceitualmente, a ideia de “filantropia de risco” generalizou-se a partir de 1997 com a publicação na Harvard Business Review do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (LETTIS, RYAN e GROSSMAN, 1997), no qual os autores identificam o uso por tais filantropos de ferramentas típicas do mercado de risco, como gestão de risco e gestão de desempenho considerados para efeito de solucionar problemas da sociedade. (ADRIÃO, 2018, p. 19)

A tabela 2 indica a proeminência de organizações autodeclaradas sem fins lucrativos, organizadas como institutos ou fundações (35). Indica também que a participação direta de empresas na proposição de programas para a educação não foi marginal, 27 no total.

Tabela 2 – Total de atores privados por natureza da organização. 2005-2018

Natureza da organização segundo auto declaração atuando na rede paulista de ensino	Total em atuação entre 2005-2018
Instituto ou Fundação	35
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP	02
Associação	04
Empresa	27
Organização Não Governamental - ONG	02
Agências internacionais	04
Organização Financeira Internacional	01
Organização Social	02
Outros	01
Total	75

Fonte: a autora com base em Adrião (coord., 2018). Disponível em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

Os dados empíricos inventariados para São Paulo, relativos aos programas de maior tempo de vigência, identificaram ainda a presença de empresas de tecnologia da informação, bancos e agências internacionais atuando como promotoras ou idealizadoras de programas ou ações para o campo da educação pública. Por fim, se identificou a presença de quatro distintas organizações da sociedade civil autodeclaradas de interesse público e/ou não governamentais, em geral, contratadas por outras organizações privadas de maior porte e recursos para operacionalizar ações ou programas específicos.

Em relação ao tempo de duração, destaca-se que apesar da permanência do mesmo partido à frente do Executivo, apenas dez dos Programas identificados vigoram por mais de uma gestão, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos programas operados⁷ ou propostos por atores privados junto à rede estadual de ensino paulista- tempo de vigência e natureza do ator

Nome do Programa	Vigente em 2005	Ano início	Tempo de vigência até 2015	2018?	Natureza do ator privado envolvido
Superação Jovem	sim	2003	12 anos	Sim/ Remodelado	Instituto e empresa
Prêmio Prof do Brasil	-	2006	9	sim	ONG, Associação, Empresa, Fundação, Instituto, Agência
Prêmio Gestão Escolar	-	2006	9	sim	ONG, Empresa, Instituto, Fundação, Agência
Prêmio Educador Nota 10	-	2006	9	sim	Fundação
Jovem do futuro	-	2009	9 anos	Sim	Instituto
Compromisso São Paulo	-	2011	7 anos	Sim	Instituto, Fundação,

⁷ Se o critério fosse apenas o tempo de vigência o programa Escola da Família estaria entre os selecionados. Entretanto, embora envolvesse atores privados, especialmente na oferta de oficinas e atividades nas escolas, o programa foi criado pelo governo do Estado tratando-se pois de uma política governamental operada por APMs e CEs que contou com a participação de atores privados, de forma pulverizada e foi regulamentado pela Resolução SE 24, de 5-4-2005, que dispõe sobre Escola em Parceria. (<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v1/PEF/arquivos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SE%2024%20-%202005%20-%20Escola%20em%20Parceria.pdf>). Assim, ainda que conte com o apoio de organizações privadas, a iniciativa é governamental, condição que a exclui desta reflexão.

					Empresa, Associação
Escola Digital	-	2013	5 anos		Instituto, Fundação

Fonte: a autora com base Adrião (coord., 2018) disponível em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

Considerando a longevidade daqueles programas propostos ou operados por atores privados associados ao setor lucrativo, foco da análise aqui desenvolvida, temos: um programa de doze anos (**Superação Jovem**), outros quatro de nove anos, três dos quais correspondendo apenas a premiações e por esta razão com incidência marginal na educação pública, e o **Jovem do futuro**, um programa de sete anos (**Compromisso São Paulo**) e ainda outro de cinco anos (**Escola Digital**).

Além do tempo de vigência, um segundo critério considerado a partir das informações do Quadro 1, é a diversidade e a quantidade de organizações privadas que sustentam as propostas. Nesse sentido, destacamos os programas relativos aos **Prêmios Professor do Brasil e Gestão escolar** e **Compromisso São Paulo**, posto que envolvem institutos, fundações e empresas e os programas **Escola de Gestão, Superação Jovem e Jovem do futuro**, que contam com dois tipos de ator privado.

Por último, levou-se em conta para seleção dos Programas de maior impacto junto à rede paulista de ensino, a sua capilaridade, identificada por sua abrangência, categoria constituída pela diversidade dos segmentos escolares envolvidos, pelas etapas de escolaridade atendidas e pelas dimensões da política educativa atingida em sua execução. Com esse enquadramento tem-se que os programas **Superação Jovem, Compromisso São Paulo, Escola Digital e o Jovem do Futuro** afetam o conjunto dos segmentos na escola e as duas etapas de escolaridades sob a responsabilidade do governo estadual. Enquanto que os demais focam em um segmento específico ainda que se destinem a escolas de ensino fundamental e médio.

Quadro 2 – Abrangência dos Programas educacionais operados ou propostos por atores privados- SP- 2005-2018

Nome do Programa	Segmento escolar envolvido	Etapa de Escolaridade focalizada	Atores Privados envolvidos	Dimensão da Política educacional
Superação Jovem	Estudante e docentes	Ensinos Fund e Médio	Instituto Ayrton Senna, Instituto Vivo	Currículo e Gestão
Jovem do futuro	Gestores, Estudantes, Professores	EM	Instituto Unibanco	Gestão, Currículo, Oferta
Compromisso São Paulo	Currículo, Oferta, Gestão	EF e EM	Instituto Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Comunidade Educativa, Instituto Hedging-Griffo, Fundação Itaú Social, Instituto Tellus, Parceiros da Educação, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, CENPEC, Instituto Península, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Fundação Arymax, McKinsey & Company	
Escola Digital	Currículo, Oferta	EF, EM	Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Educadigital, Tic Educa	Estudantes, Professores, Famílias

Fonte: Adrião com base Adrião (coord., 2018) disponível em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

Identificou-se também diferenças relativas às dimensões da política educacional envolvidas nos programas: Superação Jovem e Escola Digital incidiram sobre duas dimensões, enquanto o JF e o CSP envolveram aspectos da gestão, da oferta e do currículo.

Considerando o conjunto dos critérios adotados para seleção, os três programas de maior capilaridade e vigência destacados para esta reflexão são: Superação Jovem, Jovem do Futuro e Compromisso São Paulo pela Educação.

Programas educacionais em destaque na educação estadual paulistana

SuperAção Jovem (SJ)

Segundo documento do Instituto Ayrton Senna (IAS, 2017), o **Superação Jovem** derivou da presença do instituto no Escola da Família, programa governamental (Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004) que tinha por objetivo declarado reduzir a vulnerabilidade infantil e juvenil, por meio da abertura das escolas públicas estaduais aos finais de semana, com o propósito de atrair estudantes e famílias para atividades diversas.

Na mesma publicação, relativa aos 14 anos do Programa, o então secretário de educação do governo paulista, José Renato Nalini, declara:

A educação paulista é devedora de Viviane e sua Equipe e o Instituto Ayrton Senna, com seu protagonismo, é o credor que testemunha a viabilidade dessa urgente conciliação entre educação pública e sociedade civil. Irmanadas ambas em busca do contínuo aprimoramento do único processo capaz de resgatar o Brasil de suas conhecidas mazelas” (IAS, 2017, p. 11)

O IAS é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994, após a morte do piloto brasileiro que lhe dá o nome. Segundo Adrião e Peroni (2011) a instituição em seu início atuava no campo da caridade por meio de iniciativas de combate à pobreza nos setores de Saúde, Educação e

Religião. Segundo as autoras, até 2010, o IAS sobrevivia de doações da Ayrton Senna Foundation Ltda., da qual era acionista e cuja principal atuação refere-se à gestão da marca Senna. No Brasil, a diretoria do Instituto é formada pela família Senna, sendo que Viviane Senna está no cargo de presidente desde seu início.

A partir de 2010, o Programa SuperAção Jovem associa-se ao programa governamental Sala de Leitura e passa a envolver a formação dos professores para esse espaço articulando-o a atividades de protagonismo juvenil. Este protagonismo entendido como a participação de estudantes em “círculos” e jornadas promovidas pelo IAS e órgãos da SEE sobre temas e projetos desenvolvidos nas escolas.

Durante a vigência do programa, a composição da equipe de Governança e Gestão foram alteradas. O destaque é para a presença do Prof. Mozart Neves Ramos - (ex presidente do Consed em 2006), da rede empresarial “Todos pela Educação” (2007-2010) e membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (desde 2007) - em sua diretoria. Sublinha-se que em 2019, Ramos assumiu a relatoria do Parecer da Formação Inicial de Professores para a BNCC no Conselho Nacional de Educação. Um segundo destaque é a contratação no período do economista Ricardo Paes de Barros (Ex- diretor do Conselho de Estudos Sociais do IPEA e subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) entre 2011 e 2015. No IAS, Barros assume o projeto conhecido como eduLab21 e a Cátedra IAS no INSPER¹. A inserção de ambos no cenário nacional ilustra a incidência do IAS nas políticas educacionais para além de São Paulo.

¹ Instituto de Ensino Superior – organização privada de pesquisa e ensino superior que assume um protagonismo na articulação com fundações de bases empresariais por meio de “cátedras” e pesquisadores associados a estas: Ricardo Paes de Barros, da Cátedra Instituto Ayrton Senna; Naercio Menezes Filho, Cátedra Instituto Futuro Brasil (IFB); Sergio Firpo, da Cátedra Instituto Unibanco e Rodrigo R. Soares, Cátedra Fundação Lemann <https://www.insper.edu.br/quem-somos/governanca/>. Acesso em nov.2020.

Também no período (2012), o IAS passa a integrar a NetFWD (Net Forward), rede global de fundações dedicadas a promover impacto social da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Sobre esta rede Adrião (2017) informava que esta rede global é formada por um pequeno grupo de fundações que integram duas frentes de trabalho: uma relacionada à filantropia empresarial e a outra a inovações desenvolvidas por filantropos. Para a OCDE, o

quadro de recessivo dos países da zona do Euro e a consequente diminuição dos fundos públicos para a promoção do desenvolvimento em países pobres, exigiria a participação mais direta desses grupos privados e de sua “expertise” e recursos. A rede (netFWD) teria como objetivos-chave: otimizar e acelerar o impacto da filantropia para o desenvolvimento através da partilha de experiências e lições, influência política e o desenvolvimento de parcerias inovadoras. (ADRIÃO, 2017, p. 26)

Estas iniciativas correspondem a ações da filantropia de risco (*Venture Philanthropy*) ou de filantropicistas, grupo constituído por organizações associadas a corporações e indivíduos mais ricos cuja doação se caracteriza como um investimento de lucro empresarial socialmente orientado. A ideia de “filantropia de risco” generalizou-se a partir de 1997 com a publicação na *Harvard Business Review*, do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (LETTS, RYAN e GROSSMAN, 1997), no qual os autores propõem que os filantropos utilizem ferramentas como gestão de risco e gestão de desempenho, a fim de ter um maior impacto na solução de problemas da sociedade. (ADRIÃO, 2017).

É neste mesmo sentido das inovações educacionais que o SuperAção Jovem é reconceitualizado e passa a compor o cardápio de “soluções” do IAS, para o que designam de educação integral ou educação completa. Tais soluções devem ser replicáveis em escala e resultar de “parcerias” com as Secretarias de Educação.

A partir de 2006, passa a integrar o Programa Escola de Tempo Integral, sendo implementada em mais de 500 escolas no estado.

Em 2009, realizam-se formações para equipes gestoras da SEE-SP com o objetivo que acompanhem os estudantes.

Relatório institucional de 2012 declara que é o primeiro programa do Instituto Ayrton Senna desenvolvido para o monitoramento de habilidades não cognitivas dos alunos. De acordo com documento institucional, naquele ano o programa tinha o terceiro maior impacto em número de educadores envolvidos (4.091), perdendo apenas para o Gestão Nota 10 (36.732) e o Circuito Campeão (17.306). Também é apresentado como piloto para a ampliação de experiência de educação integral no Rio de Janeiro.

Segundo relatório de 2013², o Superação Jovem vinculava-se à educação integral de alunos do 8º e 9º anos dos Ensinos Fundamental e Médio, por meio de três prioridades: apoios à Matemática, à Língua Portuguesa e ao protagonismo juvenil. A consulta aos documentos do IAS informa que o Conselho Consultivo do eduLab21, iniciativa com o objetivo de mapear e produzir conhecimentos acessíveis ao público em geral e desenvolver instrumentos às redes de ensino sobre as “competências demandadas para o século 21”, contava com Mozart Neves Ramos e seis secretários estaduais de educação: Eduardo Deschamps/ Santa Catarina; Frederico Amâncio/Pernambuco; Haroldo Rocha/Espírito Santo; José Nalini/ São Paulo; Marco Brandão/Acre e Raquel Teixeira/ Goiás, além de Antonio Neto Diretor de Relações Institucionais do Consed. (IAS, 2015)

Ainda que não se encontre disponível ao público informações anteriores a 2012, entre 2012 e 2017, as fontes de recursos declaradas pelo IAS para o financiamento de suas iniciativas derivam de Marketing Relacionado à Causa (MRC) - iniciativas de empresas que destinam parte de seu lucro ao IAS; Programa de Membership - doação de pessoas físicas; licenciamento das marcas Ayrton Senna e Senninha; doação em folha de pagamento de trabalhadores de empresas “parceiras”; investimento social

² Coincidência ou não Relatórios sobre as ações do IAS, ainda que concisos, estão disponíveis apenas a partir de 2012, ano de seu ingresso na rede da OCDE.

privado – doação voluntária de recursos privados para projetos de interesse público e, por fim, os *Major Donors*, doadores privados destacados pelo volume das contribuições. Nesse sentido, amplia as fontes de recursos para além da gestão da marca Senna.

O Instituto declara que, em 2017, teve início o processo de transferência da gestão das metodologias do Programa SuperAção Jovem para a SEE-SP, o qual envolveu o trabalho na Sala de leitura de 1.400 escolas, atingindo mais de 25 mil estudantes, destes 9,5 mil matriculados em 67 Escolas de Tempo Integral. A partir de 2018, a Secretaria assume a implementação total do SuperAção Jovem nas escolas da rede e, assim, sendo institucionalizado como programa governamental. Neste mesmo ano, o IAS informa a realização de ações junto à SEE para a implantação do ensino integral nos últimos anos do ensino fundamental.

Estranhamente, o texto apresenta como inovação uma iniciativa que vigora desde 2015 nas escolas estaduais, ainda que sob a coordenação de outras organizações privadas (Adrião e Garcia, 2015)

Programa Jovem do futuro (PJF)

De acordo com informação disponível na página da SEE-SP, o programa Jovem do Futuro, desenvolvido pelo Instituto Unibanco (IU), tem por objetivo instituir em Escolas de ensino médio um conjunto de mecanismos voltados para a introdução da gestão por resultados, decorrente de planejamento desenvolvido por cada escola a partir de diagnóstico sobre notas médias, perfil dos docentes, rotinas administrativas e instalações físicas. Em função dos dados de cada unidade, a escola elabora com apoio do IU um Plano de Melhoria de Qualidade a ser implementado em três anos, no qual se preveem metas para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes.³

³ <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-do-estado-autoriza-ampliacao-do-projeto-jovem-de-futuro/>

Segundo Garcia (2018), o IU foi criado em 1982 para viabilizar estratégias de investimento social do Unibanco e até os anos 1990 atuava em projetos de empreendedorismo e alfabetização. Apenas a partir de 2003, com a proposição do Modelo Escolas em Tempo Integral, embrião do Jovem do Futuro, o IU passou a atuar na educação formal.

Com base no relatório do Instituto, sua manutenção deriva de fundo patrimonial (*endowment*)⁴ o qual, em 2017 totalizava 60.946 milhões, em valores nominais. Livro publicado pelo Grupo Itaú-Unibanco⁵, sobre a história deste conglomerado nacional iniciada em 1924 pela família Salles em Poços de Caldas/MG que se mantém à frente dos negócios até o presente informa que, após fusões e aquisições, alterou-se o nome para União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO). Em 2008, o UNIBANCO passou a ter nova composição, resultado da fusão com o Banco Itaú e originando a maior *holding* financeira do hemisfério sul.

Garcia (2018) informa que o programa teve início no ano de 2007 em São Paulo com a aplicação de um modelo experimental em escolas da capital paulista, sendo ampliado em 2008, ainda como projeto-piloto, para 20 escolas mineiras, 22 gaúchas e, em 2009, para 21 escolas localizadas na Região Metropolitana de São Paulo e 20 em municípios da região do Vale do Paraíba, de modo que em 2010, após um período de três anos, teria se complementado o ciclo de sua implantação. De acordo com o *site* do IU, a experiência piloto de 2007 permitiu a validação das estratégias para a fase seguinte auferidas pelos resultados dos estudantes em Língua Portuguesa e matemática. Mesmo que o ciclo de “experimentação” tenha se completado apenas em 2010, já em 2009, o MEC incorpora o programa no guia de

⁴ Segundo o GIFE os fundos patrimoniais foram regulamentados pela Lei 13.800/2019, segundo a qual, entre outras coisas, exigiu-se a separação entre organização gestora e organizações apoiadas com vistas a proteger o fundo de eventuais passivos das instituições que recebem os recursos. <https://gife.org.br/osc/fundos-patrimoniais/>

⁵ <http://www.itaunibanco90anos.com.br/90/o-livro.htm>

tecnologias educacionais permitindo sua aplicação em larga escala inclusive para 73 escolas públicas paulistas.

Segundo Sandri (2016), o PJJ, como tecnologia para a gestão escolar, apoiava-se na melhoria de resultados na aprendizagem dos estudantes e contou com o apoio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (extinta em 2015), além dos governos estaduais do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí.

Fundamental considerar a lógica de implantação do Programa. Ao que parece adota uma perspectiva “experimental” percebida no critério adotado para a seleção das escolas “piloto” e na adoção de um grupo de escola-controle para “evidenciar” o possível impacto do programa. A partir de 2011, o programa foi “aplicado” a novas escolas que não contaram durante os três primeiros anos com os apoios técnico e financeiro do Instituto Unibanco, mas foram submetidas a avaliações cujos resultados eram comparados com as escolas que recebiam a primeira implantação do programa. De qualquer modo, o IU comprometia-se a ampliar o programa para o “grupo de controle” após a fase de “testagem”. (SANDRI, 2016).

Trabalhos de Garcia (2018), Caetano (2016), Beduino e Oliveira (2015) destacam a transposição do método *Deming* ou PDCA (composto pelas etapas *Plan, Do, Check, Act*) para a gestão da escola pelo PJJ. O método, em nada original e popularizado como Gestão da Qualidade Total, tem sido preconizado como ferramenta para a gestão da educação desde os anos 1990 por empresas como a Falconi, por programas governamentais operados por organizações privadas⁶, ou por obras como as de Cosete Ramos (1992) e Antonio C. Xavier (1991), em contrapartida tem gerado

⁶ Sobre o Sistema adotado pelo IAS ver <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/GESTAO-MUNICIPAL-AYRTON-SENA.pdf> ou Silva e Pinheiro (2009) <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2643>

dezenas de trabalhos críticos além de ausências de evidências sobre sua adequação à escola.

Em 2011, o JF se articula ao programa Ensino Médio Inovador – EMI do MEC⁷, condição que catapulta ainda mais sua inserção junto às redes públicas, para o que o IU prevê a destinação de R\$ 233 milhões (valores nominais) até 2016.⁸

A partir deste ano, governos estaduais puderam optar entre o ProEMI e o ProEMI/ Jovem de Futuro, lembrando que o ProEMI previa a destinação de R\$ 100 (valores nominais) por aluno/ano para a escolas que aderissem aos programas. (CAETANO,2016) Em 2012, esta foi a opção declarada pelo governador paulista Geraldo Alckmin. Neste mesmo ano, o IU é reestruturado. Wanda Engel é substituída por Ricardo Henriques na superintendência do Instituto, o qual foi secretário nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC (2005-2007), secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento Social e atuou em diversas organizações do terceiro setor além de integrar o Conselho de Administração do Todos pela Educação.

No ano de 2013, o Programa funcionava em 77 escolas estaduais paulistas e atingia 103 mil alunos. Neste mesmo ano, Alckmin autoriza a expansão até 2014 para 1.208 escolas de Ensino Médio, por meio de parceria entre a Secretaria da Educação, o Instituto Unibanco e o ProEMI. Para Herman Voorwald, secretário

⁷ O programa Ensino Médio Inovador – EMI foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e se articula às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e à reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746/2016 e é regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016. <http://portal.mec.gov.br/ensino-medio-inovador/apresentacao>. O objetivo do EMI é apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual.

⁸ https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel_atividades_IU_2011.pdf.

da Educação em exercício à época, “O projeto é a expansão de uma proposta que existe na Secretaria. É um programa que mostrou nesses três anos uma melhoria no rendimento dos estudantes.”⁹

Entretanto a ampliação do programa para escolas paulistas não se concretizou, conforme informação do próprio IU, e foi encerrado em São Paulo em 2015, ano em que o Programa passou por reformulações. (<http://www.institutounibanco.org.br/jovem-de-futuro/oque-e>).

Programa Compromisso São Paulo pela Educação- (PCSP)

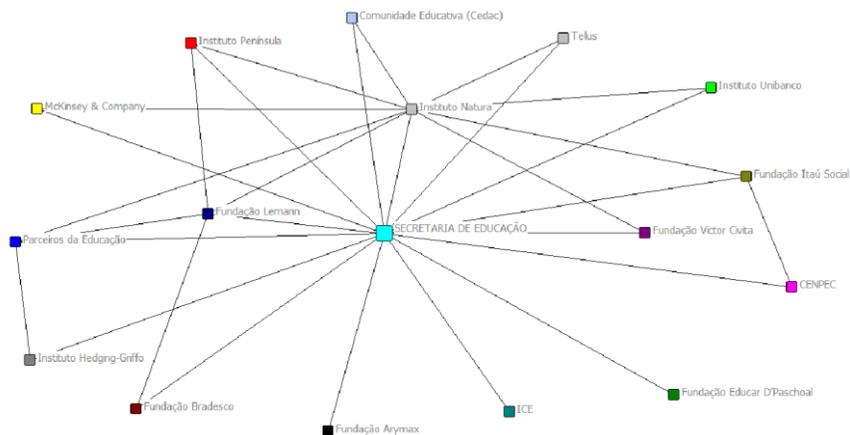
De acordo com ADRIÃO e GARCIA (2014, p.3), o Programa Educação -Compromisso de São Paulo, iniciado em 2011, era integrado por 16 entidades privadas:

Instituto Natura, Fundação Victor Civita; Fundação Lemann; Instituto Unibanco; Comunidade Educativa, Cedac; Instituto Hedging-Griffo; Fundação Itaú Social; Instituto Tellus; Parceiros da Educação; Fundação Educar D’Paschoal; Fundação Bradesco; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Instituto Península; Fundação Arymax; Consultoria Internacional Mckinnsey & Company, Instituto Itaú Social e o Instituto C&A.

A análise da figura ilustra a relação estabelecida entre os atores privados e entre estes e a Secretaria de Educação quando institui o Programa por meio do DECRETO Nº 57.571, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011, o qual permanece em vigência durante o período analisado incorporando um maior número de organizações privadas (ADRIÃO, CROSO e MARIN, 2019, no prelo)

⁹ <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-do-estado-autoriza-ampliacao-do-projeto-jovem-de-futuro/> (nov/2020)

Gráfico 5 – Atores privados integrantes do Programa Compromisso São Paulo em sua origem



Fonte: Adrião, Garcia e Azevedo, 2017, p. 331.

Em matéria publicada na revista Exame - dirigida ao setor de negócios- destaca tratar-se de iniciativa de empresários de setores distintos

Não são os primeiros a dar dinheiro para a educação, nem são, provavelmente, os que mais desembolsam. Não são os que descobriram a solução mais original (até porque soluções originais podem ser impraticáveis). Mas são os que decidiram agir em conjunto, apresentar-se como jogadores, não como técnicos, e atuar lado a lado com ONGs e governos. Essa ação teve origem numa experiência em Pernambuco, protagonizada pelo executivo Marcos Magalhães (ex-presidente da Philips no Brasil), e começa a se espalhar para Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais [...]. região em que ela mais ganhou força é São Paulo, sob o nome de Educação – Compromisso de São Paulo. Trata-se de uma aliança entre políticos, técnicos do setor público, educadores, dirigentes de ONGs e empresários. “A novidade do Compromisso de São Paulo é que o projeto aglutinou diversas forças que antes trabalhavam isoladamente e, não raro, desperdiçavam esforços”, afirma Herman Voorwald, secretário de Educação do estado. (ABDALAHHA, 2012)

O decreto institui um Conselho consultivo do programa integrado por “até 10 (dez) representantes da sociedade civil, indicadas pelo Secretário da Educação.”(SÃO PAULO, 2011,

s/p). A pasta de educação conta com o mesmo número de representantes, indicando o papel relevante dos atores privados na gestão do “Compromisso”, dado que assumem, ainda que com indicação do Secretário de Educação, condição de paritária com o gestor público, nesta espécie de “Câmara” bipartite.

Em artigo de 2020 (prelo), Adrião, Garcia, Drabach e Santos consideram que este programa explicita o que designam como terceira geração da privatização da educação estadual paulista, captada pela institucionalização da gestão corporativa da Educação (CROSO E MAGALHÃES, 2017) em instâncias de governo para definição de políticas educacional.

Captura corporativa ou interesses recíprocos? Destaques sobre fatores e relações político-institucionais com os atores privados em São Paulo

Um primeiro aspecto a pontuar refere-se ao subsídio aos programas aqui destacados. Vários trabalhos, que tratam dos processos de privatização, por meio da transferência de responsabilidades sobre dimensões da política educativa no Brasil e em outras regiões do mundo, têm associado o crescimento da incidência de atores privados na definição de políticas educativas à ampliação do Investimento Social Privado (ISP) e a constituição de uma nova filantropia (ROBERTSON e VERGER, 2012).

Essa modalidade de filantropia, que se utiliza de ideários, valores e processos corporativos empresariais, bem como visa retornos financeiros aliados a impactos sociais, é conhecida como filantroc capitalista (Bishop; Green, 2008) ou filantropia corporativa (Ball, 2012) ou ainda Venture Philantropy (OCDE, 2014) . (Adrião ,Croso e Marin, 2019, p.1, mimeo)

O ISP é um conceito polissêmico caracterizado, basicamente, pela transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (MILANI FILHO, 2008). Entretanto, se diferencia da tradicional

doação justamente por exigir o acompanhamento dos recursos investidos. (ADRIÃO, 2017)

Mais recentemente, a exigência de contrapartidas e sistemáticas de prestação de sobre as “doações” tem assumido uma natureza também lucrativa. Um exemplo para o caso de São Paulo é a frente de “negócios” do Instituto CSHG, principal investimento social do Credit Suisse Brasil, que se apresenta como “resultado do amadurecimento das ações sociais realizadas pontualmente por sócios e funcionários da então Hedging-Griffo” e opera na oferta de uma carteira de investimentos sociais para os investidores sociais assegurando “boa relação custo-benefício, escalabilidade e parâmetros eficientes de mensuração de resultados”. <https://www.cshg.com.br/site/publico/sobre/ihg.seam>

A atuação do Instituto CSHG, que integra o Compromisso SP, coaduna-se com um outro tipo de recursos que mantém parte dos mais importantes e influentes filatrocapitalistas (BISHOP e GREEN, 2008). São os chamados fundos patrimoniais (endowment fund) constituído pelo conjunto de ativos de natureza privada, regulamentados no Brasil pela Lei federal nº 13.800 de 2019. Segundo esta regulamentação, os fundos devem ser destinados à consecução de finalidades de interesse público e geridos com certa “profissionalização” expressa na separação entre a organização gestora do Fundo Patrimonial, responsável por aplicar o capital das doações em ativos financeiros ou reais a fim de gerar rendimentos, e a organização executora dos fundos, uma instituição sem fins lucrativos ou uma organização internacional que atue no país em parceria com instituições apoiadas e que se responsabilize pela execução dos programas apoiados. (PASQUALIN, 2019). Permite-se que a Organização Gestora contrate empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para investir seus ativos.

Ainda que demandando mais estudos, a hipótese é que a normativa tende no Brasil a reconfigurar a relação entre os filatrocapitalitas e as organizações que gravitam e sobrevivem de sua ação. Nesses termos considera-se que a normativa, alinha-se a

orientações internacionais e tende a alterar as relações entre os atores privados em quatro dimensões:

1- Potencializar ainda mais a constituição de redes e articulações entre organizações privadas;

2- Movimentar a disputa por tais fundos pelas organizações da sociedade civil em geral;

3- Induzir a criação de organizações especializadas na gestão desses fundos criando um novo segmento de mercado; e,

4- Estimular a criação de mecanismos de controle sobre a eficácia e o impacto das doações efetivadas. Aqui vale a ressalva das métricas para aferição do impacto social aventadas quando da tentativa de implantação do Contrato de Impacto Social (CIS)¹⁰.

Os fundos patrimoniais são a fonte prioritária dos recursos do IU, condição que o coloca em situação privilegiada perante outros atores de base empresarial, os quais demandam recursos de parcerias com outros atores privados ou de convênios ou contratos com o setor público para custear seus projetos ou programas.

No caso do IAS, informações institucionais declaram que o financiamento deriva de doações de terceiros e da comercialização da marca associada ao piloto Ayrton Senna, entretanto estudos sobre programas específicos implementados pelo IAS também identificaram o financiamento governamental (COSTA e GUTIERRES, 2013; LEAL, 2019). Considerando as relações político-institucionais para São Paulo, importa sublinhar que o instituto tem recebido o apoio do Grupo de Líderes Empresariais - LIDE¹¹, criado em 2003 por João Doria (governador paulista a partir de 2019) com o objetivo de articular empresários em defesa de pautas comuns, em outras palavras aproxima-se de uma grupo de *advocacy* ou de *lobby*. Presença constante nos encontros do Grupo, Viviane Senna divide com o LIDE a organização de várias edições do Fórum

¹⁰ Ver <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/politicos-e-banqueiros-forjam-experimento-social-com-estudantes-da-rede-publica-de-sao-paulo/>

¹¹ Identifica-se como uma das maiores iniciativas empresariais e rede de relacionamentos corporativos da América Latina com presença inclusive no Fórum Econômico Mundial, encontro Global de líderes e empresários.

Nacional de Educação e Inovação. Nesta rede corporativa angaria apoios e doações de empresários, assegurando também conexões com representantes governamentais.

Já o Compromisso SP é composto por um conjunto de empresas e por fundações e institutos por elas sustentados. Tendo sua origem em proposta de Jayme Garfinkel, proprietário da seguradora Porto Seguro, que em associação com o banqueiro Jair Ribeiro, criaram, em 2004, a Associação Parceiros da Educação, a qual, a partir de 2015, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). (GARCIA, ADRIÃO, DRABACH e SANTOS, 2020 – no prelo)

Analizando a atuação do setor privado junto à educação paulista é possível perceber alguns padrões de interação com os governos paulistas. O primeiro se refere à opção dos governantes por privilegiar o diálogo e as proposições do setor empresarial desde o primeiro programa de governo do PSDB, expressos também em declarações de secretários de educação, governadores e nos planos de governo.

A esta opção corresponde um imbricamento entre este segmento da sociedade paulista e as prioridades governamentais, especialmente por meio da institucionalização de propostas, como observado nos casos do Superação Jovem e do Compromisso SP.

Percebe-se também que as relações de reciprocidade entre governo paulista e setor empresarial são evidenciadas na presença de integrantes do governo em instâncias de governança das organizações privadas. A recíproca também é identificada, quando expoentes do setor privado passam a ocupar cargos governamentais. Esse vaivém em postos de influência é conhecido como “porta giratória” (*revolving door*) e corresponde a situações em que gestores ou servidores públicos assumem postos como lobistas ou consultores na área de sua atividade anterior criando implicações como conflito de interesse. (MONTEIRO, 2010). O tema não ser regulamentado no Brasil, salvo para postos do mercado financeiro, demanda estudos. De qualquer modo a relação entre atores empresariais e governo paulista é estrutural.

Por outro lado, os dados não permitem afirmar que os programas de maior capilaridade e longevidade ajustaram as escolas públicas a demandas ou a exigências das empresas, mesmo com a constatação de que são estas o segundo maior grupo de interesse com incidência na educação paulista, ficando atrás apenas das fundações e institutos. Tratou-se de incorporar esses atores na seleção e implantação de programas concebidos e validados por eles e alinhados com agenda internacionais, como os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODS), reafirmando uma pretensa superioridade dos programas patrocinados para a melhoria da educação paulista. Aqui se faz necessário destacar que a perenidade destes arranjos na definição das políticas educacionais e a longevidade dos programas não redundou na melhoria da educação propagada, como atestam estudos sobre os mecanismos de avaliação de desempenho educacional vigentes.

Cabe considerar a ausência de instrumentos de *accountability* (Janela, 2009) sobre os programas, bem como a abstração com que os recorrentes problemas da educação pública estadual são considerados pelos governos, mídia e consultorias privadas, os quais sublimam nas críticas justamente as políticas e programas implantados.

Os programas selecionados incidiram sobre as dimensões da política. No caso da oferta educacional o foco foi a ampliação da jornada escolar, ao mesmo tempo em que se diminuíram escolas públicas com o Ensino médio e se ampliou o número de escolas privadas em funcionamento. Em relação à privatização da gestão, identificou-se a privatização da gestão educacional conforme estudos anteriores, dada a incorporação de atores privados em instancias decisórias da SEE, não se identificou mecanismos de transferência da gestão escolar. Já o currículo das escolas paulistas sofreu a intervenção direta de programas voltados para a inclusão de conteúdo, habilidades e atividades de extracurriculares, para as quais escolas e profissionais da educação não eram consultados. Neste aspecto, cabe também indagar se a aplicação da metodologia do programa Jovem do Futuro que, assentada em pesquisa

experimental, considerou as normativas sobre pesquisas que envolvem seres humanos.

Encerrando este estudo, considera-se que na educação paulista a incidência dos atores privados associados a corporações não decorreu de estratégias de captura do poder político como considerado por Dowbor (2016) para outros contextos, tratou-se antes de aspecto estrutural e constitutivo da administração pública paulista pouca permeável a pressão de interesses populares.

Referências

ABDALLAH, A. **Como um grupo de empresários e executivos está se unindo a governos e ONGs para salvar a educação pública** Ariane Abdallah. 07 AGO 2012 - 07H50 Atualizado em 19 out 2012 - .<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2012/08/turma-da-escola.html>

ADRIÃO, T. e GARCIA, T. **As reformas educacionais no estado de São Paulo e a escola de tempo integral: relações entre poder público e setor privado na implantação de uma política educacional.** Available from: [https://www.researchgate.net/publication/324952950_](https://www.researchgate.net/publication/324952950) [accessed Oct 13 2020].

ADRIÃO, T. e PERONI, V. - **Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de casos.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 45-53 , jan.-jun. 2011. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em 13.mai.2021.

ADRIÃO, T. **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado.** São Paulo: Xamã, 2006 a p.192.

ADRIÃO, T., GARCIA, T. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas**

Educativas, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/51031/31749>

ADRIÃO, T; GARCIA, T. ; DRABACH, N. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. **Políticas educativas** -, v. 3, p. 96-108, 2020.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha; AZEVEDO, Juliana. Compulsory education in Brazil: privatization trends and limits the right to education. **Problems of Education in the 21st Century**, Vilnius, v. 75, n. 4, p. 324-334, 2017. Disponível em: < <http://oaji.net/articles/2017/457-1503906007.pdf>.

AFONSO, A.J. Nem tudo o que conta em Educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v.13, n.13, p.13-29, 2009.

ARELARO, L. R. Municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes, históricos e tendências. In. OLIVEIRA., C. (Org). **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p.61-90; 1999.

BELFIELD, Clive e LEVIN, Henry M. **Education Privatization: Causes, Consequences, and Planning Implications**. Paris, UNESCO-IIPE, 2002. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/education-privatization-causes-consequences-and-planning-implications-10263> Acesso em junho de 2020.

BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. F. Sistemas de avaliação dos estados no Brasil: avanços do gerencialismo na educação básica. **Teias** (Rio de Janeiro), v. 19, p. 48-62, 2018.

BISHOP, M.; GREEN, M. (2008). **How Giving can Save the World**. Bloomsbury Press.

BISHOP, M; GREEN, M. **Philanthrocapitalism**: How rich can save the world. Bloomsbury Press. 2008.

BRAGANÇA, L. G. O. DE E BISELLI, R. C. B. C. O exercício da filantropia no Brasil In FABIANI, P. J.; ANAI, A; PASQUALIN, P.; LEVISKY, R. **Fundos patrimoniais filantrópicos Sustentabilidade para causas e organizações** 1ª edição São Paulo 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.800**, DE 4 DE JANEIRO DE 2019. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nº s 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República, Observatório da Equidade. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil**. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009.

CAETANO, M. R. **Ensino Médio no Brasil e o Instituto UNIBANCO**: um caso de privatização da educação pública e as implicações para o trabalho docente 122Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016.

CORTINA, R. L. **Política educacional paulista no Governo Covas (1995-1998)**: uma avaliação política sob a perspectiva da modernização. São Paulo: FEUSP, Tese de doutoramento, 2000.

COSTA, M. O.; GUTIERRES, D.V. G.. O Financiamento e o Controle Social dos Recursos da Educação no Contexto das Parcerias Firmadas entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e Municípios Brasileiros. In: Adrião, T; Peroni, V. (Org.). **Gestão Municipal da**

Educação e as Parcerias com o Instituto Ayrton Senna. 1ed.Goiânia; Recife: Funape; Anpae, 2013, v. 1, p. 1-164.

DOWBOR, L. – **A captura do poder pelo sistema corporativo**, 2016, 11p. <https://dowbor.org/2016/06/a-captura-do-poder-pelo-sistema-corporativo.html/>

DRABACH, N. P. **Gestão da educação pública no Brasil. Amazônia (UFAM)**, v. 2, p. 56-68, 2018;

FABIANI, P. J. ; HANAI, A; PASQUALIN, P.; LEVISKY, R. **Fundos patrimoniais filantrópicos Sustentabilidade para causas e organizações.** 1ª edição São Paulo 2019.

FIRPO, S.; SILVEIRA, P. B. V **Relatório de resultados - Pesquisa do Histórico da Implementação do ProEMI/Jovem de Futuro: validade do instrumento e heterogeneidade do impacto.** ISBN 978-85-60154-02-9 s/d- In <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/relatorio-de-resultados-pesquisa-do-historico-da-implementacao-do-proemi-jovem-de-futuro-validade-do-instrumento-e-heterogeneidade-do-impacto,86aaa22b-ded0-46eb-ae23-0b2ef1e70165>

GARCIA. T. **A gestão escolar no contexto da privatização na Educação Básica** v. 2, n. esp. 3, dez. (2018) DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v22iesp3.12232>.

JACOMINI, M; STOCCO, S (coord). **Relatório de Pesquisa Política educacional na rede estadual paulista (1995 a 2018)** São Paulo, 2019. Processo FAPESP 2018/9983-0.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. **Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. Opin. Pública**, Campinas , v. 21, n. 1, p. 157-187, Apr. 2015 .

LEAL, A. D. **A implementação do projeto alumbrar na rede estadual de ensino da Paraíba.** 2019. Dissertação (Mestrado em EDUCAÇÃO) - Universidade Federal de Campina Grande.

LIMA, Licínio C. Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores **Educação: teoria e prática**, Vol. 21, n. 38, Período out/dez-2011

MARTINS, D. C. Para Governança e gestão de Fundos Patrimoniais. In FABIANI, P. J.; HANAI, A; PASQUALIN, P.; LEVISKY, R. **Fundos patrimoniais filantrópicos Sustentabilidade para causas e organizações** 1ª edição São Paulo 2019.

MILANI FILHO, M. A. F.. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 19, n. 47, p. 89-101, Aug. 2008 .

MONTEIRO, J. V. O lado escuro da escolha pública. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 585-596, June 2007 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000300009&lng=en&nrm=iso.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984

PEREZ, J. R. R. **A Política educacional do estado de São Paulo: 1967-1990.** Campinas: Tese de doutorado. UNICAMP, 1994.

RAMOS, C. **A Excelência da Educação: a escola de qualidade total.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB* entre 1988 e 1999A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 71-92, June 2002.

ROSA, L. S. N. **Avaliação de impacto do Programa Jovem de Futuro**. Dissertação (Teoria Econômica). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-21082015-112704/ptbr.php>>.

SANDRI, S. **A relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro**: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. Doutorado em educação, Curitiba 2016.

SILVA, I. I. E PINHEIRO, D. **Sistema de Gestão Integrado**: a implantação de uma parceria no município de São José dos Campos. In Educação Teoria e Prática. v. 19 n. 32 (2009).

SILVA, V. P. Atores e sua capacidade de influência nas políticas setoriais a partir de conferências nacionais. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 26, n. 68, p. 1-26, dez. 2018.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. et al . Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 48, n. 168, p. 478-504, jun. 2018.

VENCO, S. B. PRECARIIDADES: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. **Crítica e Sociedade**. v. 6 n. 1 (2016).

VENCO, S. E SOUSA, F. O crepúsculo da função pública: distopia ou realidade? **Revista Educación, Política y Sociedad**, 2020, 5(2),(No prelo)

XAVIER, A. C. R. - **Gestão da Qualidade Total nas Escolas, um Novo Modelo Gerencial para a Educação**. Brasília, setembro de 1991. TD 0234

Sites consultados (novembro/2020)

<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html#historia>

[https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonse
nna/instituto/relatorio2017/instituto_ayrton_senna_relatorio_2017
_consolidado.pdf](https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonse
nna/instituto/relatorio2017/instituto_ayrton_senna_relatorio_2017
_consolidado.pdf)

[https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-
futuro/como-funciona/](https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-
futuro/como-funciona/)

<https://www.institutounibanco.org.br/especiais/01/>

[http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-do-estado-autoriza-
ampliacao-do-projeto-jovem-de-futuro/](http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-do-estado-autoriza-
ampliacao-do-projeto-jovem-de-futuro/) acesso novembro 2019.

[http://www.itauunibanco.com.br/relatoriosdesustentabilidade/ra/3
6.htmou](http://www.itauunibanco.com.br/relatoriosdesustentabilidade/ra/3
6.htmou)

[https://economia.uol.com.br/noticias/pr-newswire/2016/09/12/3-
forum-nacional-de-educacao-e-inovacao-reune-especialistas-para-
debate-sobre-o-futuro-do-ensino-no-pais.htm?cmpid=copiaecola](https://economia.uol.com.br/noticias/pr-newswire/2016/09/12/3-
forum-nacional-de-educacao-e-inovacao-reune-especialistas-para-
debate-sobre-o-futuro-do-ensino-no-pais.htm?cmpid=copiaecola)



**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**
BRASIL



O livro “O CURRÍCULO, GESTÃO E OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: Incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2018) apresenta resultados de uma importante pesquisa realizada pelo GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais). Importante por ter sido realizada por este grupo, que tem longa trajetória em pesquisas sobre o tema no Brasil e América Latina, importante pela urgência do tema privatização da educação no Brasil atualmente e importante por ser um mapeamento dos processos de privatização no país.

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

